



## PODER

# Câmara reage à decisão sobre “emendas Pix”

Deputados vão recorrer contra determinação do ministro Flávio Dino, do STF, que impôs restrições aos repasses de recursos

» LUANA PATRIOLINO  
» EVANDRO ÉBOLI

Mário Agra/Câmara dos Deputados



O presidente da Câmara, Arthur Lira, e a consultoria jurídica da Casa analisam qual forma de recurso será apresentada

Um dia depois de o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), exigir transparência e fiscalização no repasse das chamadas “emendas Pix”, a Câmara reagiu e anunciou que recorrer da decisão do magistrado.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e a consultoria jurídica da Casa analisavam qual forma de recurso será apresentada. A “emenda Pix” é o tipo de verba distribuída diretamente por parlamentares às prefeituras e governos estaduais sem necessidade de prestação de contas, projetos, convênios e justificativa. E permite ao chefe do Executivo gastar essa verba de acordo com sua vontade.

“A assessoria jurídica da Câmara dos Deputados está analisando tecnicamente a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino para recorrer ao pleno da Corte Suprema do país”, informou oficialmente a assessoria da Casa.

Dino decidiu ainda que o governo federal só libere os recursos dessas emendas após cumpridas exigências como apresentação do plano de trabalho; o objeto a ser executado, se uma obra ou alguma reforma; a finalidade e o prazo de execução.

Na decisão, o ministro determinou que o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) fiscalizem as transferências das emendas Pix. O magistrado fixou um prazo de 90 dias para a CGU auditar os repasses em benefício de ONGs, feitos de 2020 a 2024, e para que as instituições e demais entidades do terceiro setor informem na internet os valores recebidos no mesmo período, bem como em que foram aplicados.

Segundo o ministro, os repasses devem seguir, essencialmente, o princípio da transparência e da rastreabilidade. Esse tipo de recurso só será liberado

após os parlamentares inserirem na plataforma Transfere.gov.br informações que garantam transparência.

### Prevenção

Pela decisão, fica determinado que o parlamentar — deputado ou senador — só pode enviar emendas dessa categoria para o estado pelo qual foi eleito. O ministro afirmou que a intervenção do STF se justifica para “impedir a continuidade de caminhos incompatíveis com a Constituição”.

“Isso visa, inclusive, prevenir que posteriormente haja a promoção de responsabilidade penal e civil de agentes públicos

### Salto nos repasses

Segundo a Transparência Brasil, os valores destinados por emendas Pix passaram de R\$ 3 bilhões em 2022 para R\$ 7 bilhões em 2023. O total reservado para essas emendas em 2024 é de R\$ 8 bilhões. “As emendas apresentam um baixo grau de transparência sobre a destinação e aplicação, além de dificultar o acompanhamento do gasto pela sociedade e por órgãos de controle”, se manifestou a entidade, que fiscaliza aplicação de dinheiro público.

— em decorrência de inconstitucionalidades perpetradas”, destacou o magistrado.

O plenário virtual do STF vai analisar, entre 16 e 23 de agosto, a decisão de Dino. A expectativa é de que a ordem do magistrado

seja acatada por unanimidade pela Corte.

O orçamento secreto, outra prática de repasse de emenda sem qualquer fiscalização, foi suspenso pelo STF em 2022. Mas para a **Transparência Brasil**, o

surgimento das “emendas Pix” substituíram essa forma nada às claras de distribuição de verba pública para os redutos eleitorais dos parlamentares.

Na avaliação da entidade, o Congresso e o Executivo continuaram a repassar parcelas significativas do Orçamento da União “sem transparência, longe dos olhos da sociedade e dos órgãos de controle”.

A decisão de Dino atende a ação ajuizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Na petição encaminhada ao Supremo, a entidade aponta que os repasses não podem ser realizados sem vinculação a projeto ou atividade específica.

## Mais alunos no Pé de Meia

» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a ampliação do programa Pé de Meia para estudantes do ensino médio público cuja família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e tenha renda per capita de até meio salário mínimo. A medida foi anunciada em cerimônia no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza. O evento contou com a presença do ministro da Educação, Camilo Santana.

As novas regras ampliam em mais de 1 milhão o número de beneficiados pela poupança do ensino médio. Desde o primeiro semestre de 2024, o programa atende 2,7 milhões de estudantes de escolas públicas beneficiários do Bolsa Família.

Os novos contemplados começam a receber o incentivo neste mês. Já os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vão ter acesso ao incentivo em setembro, com o início do semestre letivo nessa modalidade de ensino.

Camilo Santana comentou sobre os impactos da iniciativa ao mencionar os números de evasão escolar no país. “O último Censo Escolar mostra que 480 mil estudantes deixam a escola por ano, 68 milhões de brasileiros não terminaram a educação básica neste país. Não queremos nenhum aluno fora da escola pública. Somente através da educação a gente tem condições de mudar de vida. Já beneficiamos 2,5 milhões de jovens. Investimento de quase R\$ 8 bilhões por ano”, enfatizou.

Por meio do Pé de Meia, o estudante recebe um incentivo mensal de R\$ 200, que pode ser sacado a qualquer momento, além de depósitos de R\$ 1 mil ao fim de cada ano concluído com aprovação, que só podem ser retirados da poupança após a formatura no ensino médio.

# Ministra anuncia campanha Femicídio Zero

» MARIA BEATRIZ GIUSTI\*

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, disse que terá “grande dificuldade” com o corte de 17,5% no orçamento da pasta — proporcionalmente, o ministério foi o mais atingido pelo contingenciamento imposto pela equipe econômica, de R\$ 15 bilhões.

Cida destacou, porém, que não vê o corte como “desprestígio” do governo com a pasta, mas que fará o possível para não afetar os investimentos em projetos e políticas para mulheres.

“Pedimos para não mexer no Ministério das Mulheres, mas a decisão foi por um corte linear. Estamos quebrando a cabeça. Se for cortar, vamos cortar aqui em estrutura, em viagens, não nas áreas fim”, ressaltou. “Não entendo como desprestígio. Agora, acho importante dizer que temos grande dificuldade”, acrescentou, durante conversa com jornalistas mulheres.

Ela anunciou que a pasta vai lançar, neste mês, a campanha

Femicídio Zero, para tentar conscientizar a população sobre o tema. Ressaltou a preocupação com o aumento desse tipo de crime e da violência contra mulher.

De acordo com o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2023, todas as formas de violência contra mulher tiveram crescimento, como feminicídio, estupro, ameaça e agressão. No ano passado, houve 1.467 vítimas de feminicídio, ante 1.455 de 2022.

A campanha prevê parcerias com times de futebol, líderes religiosos e empresas. A ministra afirmou que recentemente se reuniu com um grupo de mulheres evangélicas para levar a questão aos templos. “Precisamos criar uma mobilização nacional contra a violência. Precisamos que as pessoas se indignem e tenham coragem de denunciar.”

### Lula

No encontro, Cida enfatizou que ninguém pode fazer

Dandara Lima/Minist.rio das Mulheres



A ministra Cida Gonçalves em encontro com mulheres jornalistas

“piadas” machistas, nem o presidente da República. A declaração foi feita após ser questionada sobre fala recente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante reunião com empresários. Na ocasião, o chefe do Executivo condenava os altos índices de violência contra

mulher no país e citava uma pesquisa que aponta maior ocorrência de casos após jogos de futebol. Lula afirmou que a situação era “inacreditável” e, em seguida, ironizou a má fase do Corinthians: “Se o cara é corintiano, tudo bem”. Cida frisou que “nem o Lula”

pode ironizar a violência de gênero. “Quando o tema nos incomoda muito, decide fazer uma piadinha, porque acha que, com essa piadinha, melhora as coisas, diminui o impacto da notícia que você está dando. E o que eu tenho dito é que piadinha nem o presidente da República. Não dá para aceitar piadinha de nada nem de ninguém”, afirmou. “Se você não consegue falar, não fala. Mas não faz piada. Não brinca com aquilo que é a vida das pessoas. Eu acho que é um processo que a gente vai ter que reconstruir no nosso país. Reconstruir com nossos homens, nossas lideranças, e eu, como ministra das Mulheres, com meu presidente da República”, completou, destacando que vai conversar com o chefe do Executivo sobre o tema quando encontrá-lo. (Com Agência Estado)

\*Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa



**Pedimos para não mexer no Ministério das Mulheres, mas a decisão foi por um corte linear. Estamos quebrando a cabeça. Se for cortar, vamos cortar aqui em estrutura, em viagens, não nas áreas fim. Agora, acho importante dizer que temos grande dificuldade”**

**Cida Gonçalves, ministra das Mulheres, sobre corte no orçamento da pasta**